

MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

Termo de Referência 105/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
105/2025	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	MARCIO ROMEIRO DE AVILA	22/05/2026 11:52 (v 0.38)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006/2026

1. Definição do objeto

1.1. A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de controle de qualidade das águas, incluindo cloração, monitoramento, análise de água e higienização dos reservatórios de armazenamento, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Catser	Descrição	Unid. Medida	Quant.
1	27979	Monitoramento diário com teste do cloro residual livre, inspeção e regulagem do equipamento e reposição do cloro. Realizar 06 (seis) pontos de análises mensais da água com os seguintes parâmetros: COR, TURBIDEZ, pH, CRL, COLIFORMES TOTAIS E TERMOTOLERANTES, DUREZA, FERRO, FOSFATO, MANGANÊS, SÓLIDOS DISSOLVIDOS TOTAIS E SÍLICA. Obs. A compra de peças, manutenção da bomba, e fornecimento de reagentes e cloro, correrão por conta do contratado.	Serviço	12
2	19143	Coleta da Água na saída do poço para análise completa -- Contendo parâmetros de substancias orgânicas, inorgânicas, agrotóxicos, organolépticos, subprodutos da desinfecção e radioatividade, conforme a Portaria GM/MS nº 888/2021, . Serviços realizados a cada 06 (seis) meses (Hospital da Vida).	SERVIÇO	2
3	13595	Higienização de uma caixa d água de alvenaria com duas células (Hospital da Vida). Serviços realizados a cada 06 (seis) meses. (Aproximadamente 40.000 litros).	SERVIÇO	2

4	13595	Higienização de um reservatório de água enterrado com duas células (Hospital da Vida). Serviços realizados a cada 06 (seis) meses. (Aproximadamente 40.000 litros).	SERVIÇO	2
5	13595	Higienização de caixa d'água (UPA) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (13 unidades no local). Serviços realizados a cada 06 (meses).	SERVIÇO	26
6	13595	Higienização de caixa d'água (CAF) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (01 unidade no local) Serviços realizados a cada 06 (meses).	SERVIÇO	2
7	13595	Higienização de uma caixa d'água (SEDE ADM) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (02 unidade no local) Serviços realizados a cada 06 (meses).	SERVIÇO	4
8	13595	Higienização de uma caixa d'água (SEDE APOIO) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (02 unidades no local) Serviços realizados a cada 06 (meses).	SERVIÇO	4

1.2. Da natureza do objeto

1.2.1. O serviço desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Decreto Municipal Nº 786, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 786, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

1.3. Da modalidade de contratação

1.3.1. Será adotada a modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a regularidade, economicidade e eficiência na execução dos serviços, dada a natureza contínua da demanda.

1.4. Da Subcontratação

1.4.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela administração, limitada às parcelas complementares da contratação, até o limite de 30% do valor contratual, permanecendo a contratada como única responsável pela perfeita execução contratual, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da subcontratação, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. A subcontratação parcial é referente ao **item 2** nos parâmetros de substâncias orgânicas, inorgânicas, agrotóxicos, organolépticos, subprodutos da desinfecção e radioatividade conforme Portaria GM/MS nº 888/2021.

1.4.3. Os serviços de análise completa da água previstos no Item 2 do Termo de Referência, com parâmetros estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021, exigem acreditação plena pela norma **ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017** para um extenso rol de parâmetros físico-químicos, microbiológicos e de substâncias inorgânicas e orgânicas. São raras as empresas no Brasil — e praticamente inexistentes entre as ME/EPP — que detêm acreditação completa para todos os parâmetros exigidos pela referida Portaria. Assim, é comum e tecnicamente necessária a subcontratação **parcial** de laboratórios especializados para a realização de determinados ensaios.

1.5. Da vedação à participação em consórcio

1.6.1. Não será permitida a participação de consórcios, conforme artigo 33 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto que impeça a participação individual de empresas especializadas. A vedação visa preservar a competitividade e garantir a ampla participação de empresas habilitadas.

1.6. Da vedação à participação de Cooperativas

1.7.1. Não será admitida a participação de cooperativas, visto que a exigência de assinatura e anuência de todos os cooperados em procedimentos contratuais, aditivos e pagamentos comprometeria a célere execução do objeto pretendido.

1.5. Do tratamento diferenciado

1.5.1. Não será adotado o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Embora exista regulamentação legal que preveja a exclusividade para ME/EPP em contratações com valor de até R\$80.000,00 por item, tal medida, nesta licitação, não se mostra vantajosa para a Administração Pública. A imposição de exclusividade à participação de ME /EPP acarreta riscos significativos à eficiência do processo, como a elevação de preços devido à cadeia de revenda e a ausência de fornecedores aptos para determinados itens, como medicamentos oncológicos, o que pode resultar em itens **desertos** ou **fracassados**.

1.7. Do critério de julgamento

1.8.1. A contratação **SERÁ** por **ITEM**, sendo o critério de julgamento o de **MENOR PREÇO** por **ITEM**, conforme as especificações constantes deste Termo de Referência.

1.8. Do modo de disputa

1.9.1. Será adotado o modo de disputa **aberto e fechado**, nos termos do artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.129/2023 e do inciso VIII do artigo 16 do Decreto Municipal nº 2.120/2023, garantindo ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.9. Do intervalo entre lances

1.10.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, tanto intermediários quanto os que cobrirão a melhor oferta, será de **R\$ 1,00 (um real)**.

1.10. Da vigência do contrato

1.10.1. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, nos termos dos artigos 106 e 107 da referida Lei, respeitando a vigência máxima de 10 (dez) anos, conforme o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observância da legislação vigente.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle de qualidade das águas, através de cloração, monitoramento análises de água, higienização dos reservatórios de armazenamento de águas, pelo período de 12 (doze) meses, é essencial para garantir a segurança, potabilidade e eficiência no abastecimento de água nas unidades vinculadas à Fundação Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD. A execução adequada desses serviços é indispensável para assegurar que a água utilizada nas atividades assistenciais e administrativas esteja dentro dos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente, especialmente pela Portaria GM/MS nº 888/2021, garantindo condições sanitárias seguras a pacientes, servidores e demais usuários.

2.2. Essas unidades são referências no atendimento de saúde pública para a população de Dourados e de diversos municípios da região, sendo fundamental assegurar a qualidade da água para o bom funcionamento dos serviços de saúde e o bem-estar de pacientes e colaboradores.

2.3. O controle de qualidade das águas abrange atividades essenciais como a cloração, o monitoramento e análises periódicas e a higienização dos reservatórios de armazenamento, garantindo a potabilidade da água, prevenindo riscos à saúde e assegurando a conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

2.4. A prestação contínua e regular desses serviços, realizada por empresa tecnicamente capacitada, com profissionais especializados e infraestrutura adequada, contribui diretamente para a prevenção de doenças de veiculação hídrica, segurança sanitária e eficiência operacional das unidades da FUNSAUD.

2.5. A contratação justifica-se ainda pela necessidade de atender de forma eficaz às demandas sanitárias e operacionais, garantindo o cumprimento das normas legais e dos padrões de potabilidade. Esta contratação está em conformidade com os princípios constitucionais da eficiência, legalidade, economicidade e continuidade dos serviços públicos, assegurando a manutenção da qualidade da água, segurança sanitária e funcionamento adequado das atividades assistenciais. A execução correta desses serviços reforça a qualidade da gestão pública e contribui para a prestação de serviços de saúde mais seguros, organizados e de qualidade à população.

2.6. Devido ao elevado consumo de água e a grande circulação de pessoas nas unidades da FUNSAUD, além dos pacientes internados, faz-se necessária a limpeza e a manutenção dos poços e dos reservatórios e a verificação e análise da qualidade da água logo após o processo de higienização e desinfecção, bem como a implantação de rotinas de análise e manutenção da qualidade da água ao longo da vigência do contrato.

3. Descrição da solução

3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de controle de qualidade das águas, visando atender às necessidades de potabilidade, segurança sanitária e eficiência operacional dos sistemas de abastecimento das unidades vinculadas à FUNSAUD. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como garantir a regularidade, economicidade e eficiência na execução dos serviços, considerando a natureza contínua e essencial da demanda para o funcionamento das unidades.

3.2. Os serviços compreendem a realização de **cloração da água, monitoramento da qualidade, coleta e análises laboratoriais periódicas, bem como a higienização e desinfecção dos reservatórios de armazenamento de água**, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

4. Requisitos da contratação

4.1 FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

4.1.1. MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA

4.1.1.1. Fornecimento e Instalação de 01 (uma) bomba dosadora elétrica e automática de cloro, equipamento será fornecido em comodato enquanto durar o contrato e toda manutenção e troca de peças no equipamento, ou mesmo substituição do equipamento será por conta da contratada, sem onus para a FUNSAUD. Justificativa da necessidade: a dosagem precisa de cloro é crítica para a segurança microbiológica e potabilidade da água tratada, exigindo equipamento automático e controlado para manter níveis de cloro consistentes conforme normas de vigilância sanitária. Benefícios operacionais: padronização da dosagem, redução de variabilidade, melhoria da qualidade da água, menor dependência de intervenção humana, maior conformidade com normas técnicas e regulatórias.

4.1.1.2. Garantir regulação de vazão e frequência para dosagem perfeita de cloro em toda a água do poço.

4.1.1.3. Realizar vistoria semanal do equipamento, com reparo ou substituição imediata em caso de falha.

4.1.1.4. Fornecer o equipamento (bomba dosadora elétrica e automática de cloro) em regime de comodato durante todo o contrato, arcando com manutenção, troca de peças e substituição sem ônus ao contratante.

4.1.2. CONTROLE E ANÁLISES DA ÁGUA

4.1.2.1. Realizar controle diário do cloro residual livre em pontos definidos pela equipe técnica.

4.1.2.2. Inspeccionar, regular e repor cloro sempre que necessário, mantendo o padrão microbiológico.

4.1.2.3. Executar 06 (seis) pontos de análises mensais (definidos pelo setor de manutenção), com os seguintes parâmetros:

- Cor
- Turbidez
- pH
- Cloro residual livre
- Coliformes totais e termo tolerantes (ou *E. coli*)
- Dureza
- Ferro
- Fosfato
- Manganês

- Sólidos dissolvidos totais
- Sílica

4.1.2.4. Realizar análise na saída do poço a cada 6 meses. Contendo os parâmetros de substâncias orgânicas, inorgânicas, agrotóxicos, organolépticos, subprodutos da desinfecção e radioatividade.

4.1.2.5. Todas as análises devem seguir a Portaria GM/MS N° 888/2021, garantindo potabilidade para consumo humano.

4.1.3. SEGURANÇA E TREINAMENTO

4.1.3.1. Garantir uso correto de EPI individuais e coletivos por todos os funcionários, conforme legislação.

4.1.3.2. Fornecer treinamento para trabalho em altura e espaço confinado a todos os envolvidos na limpeza e desinfecção.

4.1.3.3. Disponibilizar técnicos habilitados para monitoramento contínuo dos serviços na cidade de Dourados.

4.1.4. RELATÓRIOS E CERTIFICAÇÕES

4.1.4.1. Emitir Relatório Técnico detalhado de todas as análises, manutenções e higienizações realizadas.

4.1.4.2. Fornecer certificado de higienização com validade mínima de 6 meses, assinado por técnico habilitado.

4.1.4.3. Comprovar que todas as análises atendem ao padrão microbiológico de potabilidade.

4.1.4.4. Assumir responsabilidade integral por vícios ou defeitos, com reexecução sem custo ao contratante.

4.1.4.5. Comunicar imediatamente por escrito qualquer irregularidade ou anormalidade observada.

4.2. REQUISITOS TEMPORAIS

4.2.1. Todos os prazos, quando não expressos de forma contrária, serão em dias corridos. A contagem inicia-se na hora do incidente e termina na mesma hora do último dia.

4.3. REQUISITOS DE GARANTIA

4.3.1. O prazo segue a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e suas atualizações.

4.4. GARANTIA DA EXECUÇÃO

4.4.1. Não Haverá exigência de garantia contratual da execução.

4.5. VISTORIA PRÉVIA

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é optativa, sendo ofertada para o conhecimento pleno optativo das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no horário estipulado entre 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas. A visita poderá ser agendada com o setor de manutenção pelos telefones (67) 99872 - 0130 (Aldinei Vicente) e (67) 99901 7243 (José Carlos Alves). Os Locais de vistoria onde serão realizados os serviços são os seguintes:

- Hospital da Vida de Dourados , Rua Toshinobu Katayama 949, Vila Planalto.
- UPA- Unidade de Pronto Atendimento, Frei Antônio, 3675 - Terra Roxa.
- ADM - FUNSAUD - Rua Toshinobu Katayama, 820, Vila Planalto.
- ADM FUNSAUD - APOIO - Rua Toshinobu Katayama, 934 Vila Planalto.
- CAF - Central de Abastecimento Farmaceutico - Rua Manoel Rasselem nº 395. Jardim Rasselem

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos, devendo o contratado assumir os ônus decorrentes.

4.6. Da Subcontratação

4.6.1. A subcontratação parcial do objeto será admitida exclusivamente nas hipóteses previstas neste Termo de Referência, mediante prévia e expressa autorização da Contratante, observadas as disposições do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. Documentação da Subcontratada

4.7.1. Para fins de autorização da subcontratação, a contratada deverá apresentar, previamente à execução dos serviços subcontratados, os seguintes documentos da empresa subcontratada:

a) Contrato social ou documento equivalente;

b) Comprovante de inscrição no CNPJ;

c) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista:

Fazenda Federal;

Fazenda Estadual;

Fazenda Municipal;

FGTS;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) Declaração de que não emprega menor em condição vedada pela Constituição Federal;

e) Comprovação de capacidade técnica compatível com a parcela subcontratada;

f) Certificado de acreditação vigente pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, emitido pela Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO – CGCRE, para os parâmetros específicos objeto da subcontratação;

g) Licença sanitária e demais autorizações eventualmente exigidas pelos órgãos competentes para execução das análises laboratoriais;

h) Relação dos ensaios/parâmetros que serão executados pela subcontratada.

4.8. Responsabilidade da Contratada

4.8.1. A subcontratação não transfere à subcontratada a responsabilidade contratual perante a Administração, permanecendo a contratada como única responsável pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto:

a) à qualidade dos serviços;

b) ao cumprimento dos prazos;

c) aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

d) à rastreabilidade e confiabilidade dos laudos emitidos.

4.9. Condições para Execução dos Serviços Subcontratados

4.9.1. A contratada deverá:

4.9.1.1. identificar nos relatórios e laudos os ensaios executados pela subcontratada; garantir que os laboratórios subcontratados mantenham vigente a acreditação exigida durante toda a execução contratual;

4.9.1.2. substituir imediatamente a subcontratada que perder a habilitação técnica ou regularidade fiscal/trabalhista; apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, os documentos atualizados da subcontratada.

4.10. Vedação

4.10.1. Fica vedada:

4.10.1.1. a subcontratação integral do objeto;

4.10.1.2. a subcontratação das parcelas principais relacionadas à cloração, monitoramento operacional e higienização dos reservatórios;

4.10.1.3. a subcontratação em cadeia ou sucessiva sem autorização da Administração.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução: até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço.

5.2. Local e horário de execução dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados em **horário comercial**, das **07h00 às 11h00** e das **13h00 às 17h00**, nos seguintes endereços:

a) **Hospital da Vida de Dourados** – Rua Toshinobu Katayama, nº 949, Vila Planalto;

b) **UPA – Unidade de Pronto Atendimento** – Rua Frei Antônio, nº 3675, Terra Roxa;

c) **Sede Administrativa FUNSAUD** – Rua Toshinobu Katayama, nº 820, Vila Planalto;

d) **Sede Administrativa FUNSAUD – Apoio** – Rua Toshinobu Katayama, nº 934, Vila Planalto;

e) **CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico** – Rua Manoel Rasselem, nº 395, Jardim Rasselem.

5.3. Quantitativos e especificações dos reservatórios a serem higienizados

5.3.1. Hospital da Vida

a) Higienização de **01 caixa d'água de alvenaria com duas células**, com capacidade aproximada de **40.000 litros**, a ser realizada a cada **06 (seis) meses**.

b) Higienização de **01 reservatório de água enterrado com duas células**, com capacidade aproximada de **40.000 litros**, a ser realizada a cada **06 (seis) meses**.

5.3.2. UPA – Unidade de Pronto Atendimento

a) Higienização de **13 caixas d'água de fibra**, com capacidade aproximada de **1.000 litros cada**, a ser realizada a cada **06 (seis) meses**.

5.3.3. CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico

a) Higienização de **01 caixa d'água de fibra**, com capacidade aproximada de **1.000 litros**, a ser realizada a cada **06 (seis) meses**.

5.3.4. Sede Administrativa – FUNSAUD

a) Higienização de **02 caixas d'água de fibra**, com capacidade aproximada de **1.000 litros cada**, a ser realizada a cada **06 (seis) meses**.

5.3.5. Sede Administrativa – Apoio

a) Higienização de **02 caixas d'água de fibra**, com capacidade aproximada de **1.000 litros cada**, a ser realizada a cada **06 (seis) meses**.

5.4. Especificação dos Serviços, serão executados conforme discriminado abaixo, durante o ciclo de vida objeto

5.4.1. Higienização e desinfecção dos reservatórios de água

a) Execução da higienização dos reservatórios por hidrojateamento e/ou escovação com água limpa, diretamente nas paredes, para retirada das sujidades existentes;

b) Desinfecção dos reservatórios, tubulações de sucção, recalque e distribuição, utilizando agente bactericida (solução de hipoclorito de cálcio com 65% de cloro ativo ou 100g de cloro à 65% em 40 litros de água);

c) Descarga nas tubulações do sistema de reservação com residual de cloro de 1,0 ppm;

- d) Vistoria com a vedação das tampas dos reservatórios visando evitar a penetração de agentes patogênicos (insetos, roedores, etc.) e limpeza da área de entorno;
- e) Monitoramento do cloro residual e pH, com o objetivo de atingir um residual de cloro de aproximadamente 0,5 ppm e um pH variando de 6,0 a 7,5;
- f) Fornecimento de Atestado de Garantia dos Serviços com validade de 03 meses.

5.4.2. Coleta de amostras para análise da água:

- a) A torneira não deverá ter aeradores ou filtros, nem apresentar vazamentos de água;
- b) Abrir a torneira e deixar escoar água por 2 minutos, ou o tempo suficiente para eliminar impurezas e água acumulada na canalização;
- c) Caso seja necessário, utilizar uma solução de hipoclorito para eliminar qualquer tipo de contaminação externa;
- d) Remover completamente o hipoclorito antes da coleta;
- e) Abrir a torneira, a fluxo pequeno e sem respingos, por 2 minutos;
- f) Remover a tampa do frasco conjuntamente com o papel protetor, com cuidado para evitar a contaminação da amostra pelos dedos, luvas ou outro material;
- g) Promover a flambagem da torneira e da boca do frasco, caso sejam de metal e de vidro;
- h) Segurar o frasco verticalmente, próximo à base e efetuar o enchimento, deixando um espaço vazio de aproximadamente 2,5 a 5,0 centímetros do topo, possibilitando a homogeneização;
- i) Fechar o frasco imediatamente após a coleta, fixando bem o papel protetor ao redor do gargalo e levar ao laboratório sob refrigeração.

5.5. Procedimentos de Limpeza e Desinfecção

- 5.5.1.** Realizar limpeza interna e externa de todo o sistema de caixas d'água e reservatórios a cada 6 meses.
- 5.5.2.** Esvaziar reservatórios, preferivelmente, com mangueira conectada diretamente na rede de esgoto, proibindo entrada de bombas elétricas no interior do reservatório.
- 5.5.3.** Certificar ausência de corrente elétrica antes de qualquer entrada no reservatório.
- 5.5.4.** Jatear paredes internas apenas com mangueira dentro do reservatório. A jateadora (ou bomba para jateamento) e parte elétrica devem estar fora, remover sujidades (lamas) com panos, esponjas e baldes, etc sem despejar resíduos na rede de água potável, para evitar entupimentos (bebedouros, chuveiros, etc).
- 5.5.5.** Secar completamente o reservatório para inspeção estrutural, verificação de possíveis infiltrações e prevenção de infestação.
- 5.5.6.** Encher o reservatório com água limpa, dosar hipoclorito de sódio ou pastilhas, de acordo com cálculo volumétrico para residual de 10 ppm desinfecção. Após 30 minutos, abrir registros e torneiras, liberando uso apenas quando residual estiver entre 1 a 4 ppm.
- 5.5.7.** Todo ferramental, insumos, equipamento de EPI pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço fica por conta da contratada.

5.6. Planejamento e Monitoramento

- 5.6.1.** Agendar limpeza e higienização com antecedência mínima de 7 (sete) dias junto ao setor de manutenção da FUNSAUD.
- 5.6.2.** Planejar serviços para evitar interrupção no fornecimento de água, preferencialmente em finais de semana ou feriados prolongados.
- 5.6.3.** Realizar monitoramento diário do cloro residual durante todo o contrato.
- 5.6.4.** Executar análises bacteriológicas quantitativas (coliformes totais, termo tolerantes e bactérias heterotróficas) mensalmente, na primeira semana do mês.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a FUNSAUD poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.8.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração de acordo com as diretrizes estabelecidas no DECRETO Nº 2.097, DE 23 DE MARÇO DE 2.023, art. 21, VI;

6.9.1. A Fiscalização Técnica ficará a cargo do **Aldinei Vicente** Encarregado de Infraestrutura e Logística e **José Carlos Alves** Supervisor de Assistência à Saúde.

Fiscalização Administrativa

6.10. As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

6.10.1. A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos **Evelin Loana Magro Lino e Gisele Manvailer Silva.**

Gestor do Contrato

6.11. As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

6.11.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadora de Gestão de Contratos **Leila Lara Silva Escobar Tavares.**

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do Recebimento

7.2. Os serviços serão atestados provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.3. O prazo disposto no item anterior será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança oriunda do contratado, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023).

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.

7.8.1. Quando forem detectadas inconsistências, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA, que terá prazo de até 3 (três) dias para apresentar as correções e/ou justificativas.

7.8.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, ou imediatamente, a depender do caso os motivos que impossibilitem o cumprimento da obrigação no prazo previsto, com a devida comprovação.

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Sendo concedido à contratada o prazo de até 3 (três) dias, a contar da notificação, para correção.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. (Art. 20, VIII, Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023);

7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.16. Da Liquidação

7.16.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º do Decreto nº 2.894, de 19 de janeiro de 2024.

7.16.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1.1. o prazo de validade;

7.16.1.2. a data da emissão;

7.16.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.1.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.1.5. o valor a pagar; e

7.16.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação formal pela contratante, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17. Do Prazo de Pagamento

7.17.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º, do Decreto nº 2.894, de 19 de janeiro de 2024.

7.17.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

7.18. Da Forma de Pagamento

7.18.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço** por **ITEM**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.16. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.19. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de não emprego de menores.

8.20. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.

8.21. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

8.21.1. A declaração apresentada deverá ser mantida válida durante toda a execução contratual, cabendo à contratada garantir o cumprimento efetivo das obrigações legais relativas à reserva de cargos.

8.22. Qualificação Técnica

I. Alvará Sanitário, dentro do prazo de validade, expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da Licitante, para exercer atividades objeto desta licitação. No caso do Distrito Federal, a licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.

II. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido materiais similares e compatíveis com o objeto da presente licitação.

III. Certificado de habilitação legal emitido pelo Conselho Regional de Química ou outro órgão competente que a lei atribua competência, que comprove o registro, a inscrição e a situação regular da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos na entidade.

IV. Comprovante do registro de empregado ou contrato social atualizado ou contrato de trabalho, no qual conste o nome do profissional, registrado no respectivo Conselho, da área de competência e de que será o responsável técnico pelo serviço, bem como cópia da carteira de identificação profissional, autenticada.

V. Apresentar capacitação técnica profissional por meio de atestado (s) de capacidade técnica registrado (s) no CRQ, fornecidos pelo CRQ ou outro órgão a que a lei atribua a competência para registro.

VI. Licença Ambiental ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços do objeto em questão, que é concedida pelo Órgão ambiental competente.

VII. Termo de Vistoria e Reconhecimento, devidamente assinado pelo setor demandante deste serviço. Para a realização da vistoria e emissão do respectivo termo, a empresa interessada deverá realizar agendamento prévio junto ao setor demandante, por meio do **telefone (67) 3420-7800 Ramal: 215**, comparecendo na data e horário designados para vistoriar os locais onde serão executados os serviços, a fim de subsidiar a correta elaboração da proposta.

a) O prazo máximo para realização da vistoria é a data da licitação. O representante da licitante deverá vistoriar os locais onde serão prestados os serviços, e recolher assinaturas dos chefes dos respectivos setores.

b) Ademais, o atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

VIII. Comprovação de Capacitação para atendimento as NR 33 (Segurança e Saúde nos trabalhos em espaços confinados) e NR 35 (Trabalho em altura).

8.23. CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL: Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas, **Itens 1 e 2** com parâmetros estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021 de maior relevância técnica.

8.23.1. Justifica-se a entrega desses documentos para assegurar a integridade, a conformidade técnica e a capacidade operacional da licitante:

8.23.2. Justifica -se por se tratar de serviços da análise completa da água previstos nos itens **1 e 2** exigem acreditação plena pela norma **ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017** para um extenso rol de parâmetros físico-químicos, microbiológicos e de substâncias inorgânicas e orgânicas.

8.23.3. Justifica - se a norma ISO/IEC 17025 permite que os laboratórios demonstrem que operam de forma competente e geram resultados válidos, promovendo assim a confiança no seu trabalho tanto a nível nacional como internacional.

I - comprovam regularidade administrativa, habilitação profissional, responsabilidade técnica, atendimento a requisitos legais e ambientais, além de garantir que a empresa possui experiência comprovada e condições de execução seguras;

II - confirma o conhecimento técnico do ambiente de trabalho e a aderência às condições locais, o que reduz riscos de falhas, litígios e atrasos, assegurando licitude, qualidade e continuidade da prestação dos serviços objeto da licitação.

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.25. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 54.839,22

9.1. O valor estimado para essa contratação é de **R\$ 54.839,22** (Cinquenta e quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Vinte e Dois Centavos) para a contratação desse serviço, conforme custos unitários no quadro abaixo:

Item	Catser	Descrição	Unid. Medida	Quant.	Valor Mensal	Valor Anual
1	27979	Monitoramento diário com teste do cloro residual livre, inspeção e regulagem do equipamento e reposição do cloro. Realizar 06 (seis) análises mensais da água com os seguintes parâmetros: COR, TURBIDEZ, pH, CRL, COLIFORMES TOTAIS E TERMOTOLERANTES, DUREZA, FERRO, FOSFATO, MANGANÊS, SÓLIDOS DISSOLVIDOS TOTAIS E SÍLICA Obs. A compra de peças, manutenção da bomba, e fornecimento de reagentes e cloro, correrão e por conta do contratado.	SERVIÇO	12 meses	R\$ 2.748,35	R\$ 32.980,20
2	19143	Coleta da Água na saída do poço para análise completa - Contendo parâmetros de substancias orgânicas, inorgânicas, agrotóxicos, organolépticos, subprodutos da desinfecção e radioatividade, conforme Portaria GM/MS nº 888/2021. Serviços realizados 02 vezes ao ano (Hospital da Vida).	SERVIÇO	2	R\$ 4.518,13	R\$ 9.036,26
3	13595	Higienização de caixa d água de alvenaria com duas células (Hospital da Vida). Serviços realizados 02 vezes ao ano. (Aproximadamente 40.000 litros).	SERVIÇO	2	R\$ 945,67	R\$ 1.891,34
4	13595	Higienização de um reservatório de água enterrado com duas células (Hospital da Vida). Serviços realizados 02 vezes ao ano. (Aproximadamente 40.000 litros).	SERVIÇO	2	R\$ 945,67	R\$ 1.891,34
5	13595	Higienização de caixa d’agua (UPA) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (13 unidades no local). Serviços realizados a cada 06 (meses).	SERVIÇO	26	R\$ 248,86	R\$ 6.470,36
6	13595	Higienização de caixa d’agua (CAF) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (01 unidade no local) Serviços realizados a cada 06 (meses).	SERVIÇO	2	R\$ 248,86	R\$ 497,72
	13595				R\$ 259,00	R\$ 1.036,00

7		Higienização de caixa d'água (SEDE ADM) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (02 unidades no local) Limpeza realizada a cada 06 (meses).	SERVIÇO	4		
8	13595	Higienização de uma caixa d'água (SEDE APOIO) de fibra (aproximadamente 1.000 litros). (02 unidade no local) Limpeza realizada a cada 06 (meses).	SERVIÇO	4	R\$ 259,00	R\$ 1.036,00
VALOR TOTAL						54.839,22

****EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTE NOS ANEXOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA E O RESPECTIVO CÓDIGO DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS (CATSERV) DO COMPRASNET, PREVALECEM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.****

9.2. O valor médio e os documentos que subsidiaram os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços unitários referenciais do quadro acima foram realizados com base no Decreto Municipal nº 787/2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e para a contratação de serviços em geral pelo Município de Dourados.

9.3. Dessa forma, a contratação será realizada por menor valor por item, com maior desconto global, de modo a garantir a adequada especialização técnica na execução dos serviços de controle de qualidade da água e, ao mesmo tempo, assegurar competitividade para os serviços de limpeza e higienização.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

10.1.1. Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209/2022/SEMS/PMD de /08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 174/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii.** Multa, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas, previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021;
- iii.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3. Por atraso injustificado na execução do contrato:

- a)** Multa moratória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), por dia, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b)** Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a)** Advertência, por escrito, nas faltas leves.

- b)** Multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pela fornecedora.

I. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto.

II. Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

III. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento dos prazos relativos à apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual;

IV. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

V. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VI. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VII. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VIII. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

IX. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5. A multa de mora será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no edital e/ou contrato.

§ 1º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido, o gestor do contrato deverá comunicar ao Setor Demandante, motivadamente, se persiste o interesse na contratação.

§ 2º A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação vigente.

§ 3º A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.1. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PCA

12.1. No ano 2025 não foi elaborado um Plano de Contratações Anual, para ser executado em 2026, portanto o mesmo não previu a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de controle de qualidade das águas, incluindo cloração, monitoramento, análise de água e higienização dos reservatórios de armazenamento.

12.2. A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados - FUNSAUD, para o ano de 2026 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

12.3. Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

12.4. O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em vacatio legis, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

11.5. Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual , em 2026 para valer no ano de 2027.

13. Do Reajuste

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.2. Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

Obrigações da Contratada

14.1. Executar os serviços de manutenção objeto do contrato em conformidade com este Termo de Referência, com as normas técnicas aplicáveis, recomendações do fabricante, boas práticas de engenharia/manutenção e legislação vigente.

- 14.2.** Apresentar relatórios técnicos circunstanciados, laudos, registros de manutenção e demais documentos necessários à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, sempre que solicitado.
- 14.3.** Executar os serviços somente após a devida autorização formal da CONTRATANTE, vedada qualquer intervenção não autorizada.
- 14.4.** Fornecer mão de obra qualificada e tecnicamente habilitada, responsabilizando-se pela capacitação, regularidade profissional e conduta dos seus empregados ou prepostos.
- 14.5.** Utilizar exclusivamente peças, componentes e materiais novos, originais ou de primeira linha, quando autorizada a substituição, vedada a utilização de itens recondicionados, reciclados ou usados.
- 14.6.** Refazer, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização.
- 14.7.** Garantir a qualidade dos serviços prestados, sujeitando-se à fiscalização permanente da CONTRATANTE.
- 14.8.** Manter sigilo absoluto sobre todas as informações técnicas, operacionais, administrativas ou institucionais a que tiver acesso em razão da execução do contrato.
- 14.9.** Comunicar formalmente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa impactar a execução contratual, inclusive alterações societárias, técnicas ou operacionais relevantes.
- 14.10.** Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato e prestar todos os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços.
- 14.11.** Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual.
- 14.12.** Responsabilizar-se civil, administrativa e tecnicamente por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão na execução dos serviços.
- 14.13.** Observar integralmente as normas de segurança do trabalho, meio ambiente e demais legislações correlatas aplicáveis à execução dos serviços.
- 14.14.** A CONTRATADA manterá, durante todo o período de vigência do contrato, um Engenheiro, Responsável Técnico pelos Serviços;
- 14.15.** Os serviços serão prestados mediante prévia autorização da fiscalização do contrato conforme cronograma pré estabelecido;
- 14.16.** A CONTRATADA deverá informar à fiscalização do contrato, com antecedência de 24 horas a relação nominal dos funcionários que adentraram a FUNSAUD na ocasião da execução dos serviços;
- 14.17.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, adequados, de acordo com os riscos de cada atividade, garantindo a devida capacitação, através de Procedimentos de Segurança, conforme previsto nas NR-10, NR-33 e NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 14.18.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 14.19.** Os serviços deverão ser prestados por empregados devidamente habilitados e ou capacitados, com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, obedecendo às Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho em vigor;
- 14.20.** No início de cada serviço, a CONTRATADA deverá apresentar a **Ordem de Serviço**, contemplando os dados do Contrato, identificação da empresa, responsável técnico, materiais utilizados, informações de produtos químicos, medidas de segurança, entre outras;
- 14.21.** Realizar, mediante prévia autorização da CONTRATANTE, ajustes e melhorias nos processos de cloração, monitoramento e higienização, visando à otimização dos resultados e à adequação às normas vigentes, sendo os custos dessas melhorias de responsabilidade da CONTRATADA;
- 14.22.** Disponibilizar todas as informações e documentos solicitados pela CONTRATANTE, de forma a subsidiar a fiscalização e o acompanhamento técnico da execução contratual.
- 14.23.** Atender com presteza às solicitações e notificações da CONTRATANTE, adotando as providências necessárias para a imediata correção de falhas, irregularidades ou reclamações relacionadas à execução dos serviços contratados.

14.24. Cumprir rigorosamente o cronograma técnico e de execução, observando as periodicidades estabelecidas para análises laboratoriais, cloração e higienização dos reservatórios, de acordo com as normas da Portaria GM/MS nº 888/2021 (ou norma que a substitua).

14.25. Manter responsável técnico habilitado durante todo o período de execução contratual, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CRQ), sendo este o responsável pela emissão e assinatura dos relatórios e laudos técnicos.

14.26. Utilizar produtos químicos devidamente registrados no Ministério da Saúde e equipamentos compatíveis com o uso em sistemas de abastecimento de água potável, devendo apresentar as respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).

14.27. Adotar todas as medidas de segurança do trabalho e de proteção ambiental, especialmente no manuseio, transporte e descarte dos produtos e resíduos utilizados nos processos de tratamento e higienização.

14.28. Manter registro atualizado de todas as atividades realizadas, contendo datas, locais, volumes tratados, procedimentos aplicados e resultados das análises, devendo esses registros ser disponibilizados à CONTRATANTE sempre que solicitado.

14.29. Permitir e facilitar o acompanhamento e fiscalização dos serviços pela equipe designada pela CONTRATANTE, garantindo livre acesso aos locais de execução e fornecendo as informações necessárias para verificação da conformidade contratual.

Obrigações da Contratante

14.30. Exigir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme as disposições contratuais e deste Termo de Referência.

14.31. Solicitar formalmente a execução dos serviços por meio de Ordem de Serviço.

14.32. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de fiscal ou comissão designada, registrando as ocorrências e atestando a efetiva prestação dos serviços.

14.33. Notificar a CONTRATADA sobre vícios, falhas, defeitos ou inconformidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para correção.

14.34. Receber provisória e definitivamente os serviços executados, conforme os critérios, prazos e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

14.35. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após o regular ateste da execução.

14.36. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

14.37. Comunicar formalmente à CONTRATADA solicitações, orientações, reclamações ou determinações relacionadas à execução do contrato.

14.38. Analisar e decidir sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA, nos prazos legais.

14.39. Disponibilizar acesso aos equipamentos e às instalações necessárias à execução dos serviços, quando realizados nas dependências da CONTRATANTE.

14.40. Fornecer à CONTRATADA as informações técnicas e operacionais necessárias à adequada execução dos serviços.

14.41. Adotar as providências administrativas necessárias à gestão, fiscalização, controle, liquidação e pagamento da execução contratual.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALDINEI VICENTE

Encarregado de Infraestrutura e Logística



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 16:53:26.

JOSE CARLOS ALVES

Supervisor de Assistencia a Saúde



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 16:49:44.

Despacho: Analisado por:

ROSELI YUKIE SATO BARBOSA

Assistente Administrativo



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 15:27:33.

Despacho: Revisado por:

MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO

Supervisora de Compras



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 15:27:40.

Despacho: Autorizado por:

MARIA IZABEL DE AGUIAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 11:52:26.